

FUNDAMENTOS DO DISCURSO GRAMATICAL BRASILEIRO: A *GRAMMATICA PORTUGUEZA* (1887) DE JOÃO RIBEIRO

**FUNDAMENTALS OF BRAZILIAN GRAMMATICAL DISCOURSE:
GRAMMATICA PORTUGUEZA (1887) BY JOÃO RIBEIRO**

Maurício Silva¹

Resumo: Os estudos sobre a gramaticografia brasileira têm sido cada vez mais comuns no meio acadêmico, em que se busca analisar os substratos ideológicos e linguísticos que fundamentam nosso saber gramatical. Esse trabalho pode ser realizado tanto pelo desvelamento das fontes nas quais os gramáticos brasileiros teriam se inspirado ao escrever suas obras quanto pela tentativa de compreensão da lógica segundo a qual esses gramáticos se organizam e se apresentam para a comunidade científica ou de leitores. O presente artigo analisa alguns conceitos gramaticais de João Ribeiro, destacando sua filiação à corrente positivista dos estudos linguísticos, sob a perspectiva teórica da Historiografia Linguística.

Palavras-chave: João Ribeiro; Gramática; Português; Historiografia Linguística; Positivismo.

Abstract: Studies on Brazilian grammatography have been increasingly common in the academic world, in which the aim is to analyze the ideological and linguistic substrates that support our grammatical knowledge. It can be accomplished both by uncovering the sources in which Brazilian grammarians would have been inspired to write their works and by trying to understand the logic according to which these grammarians organize and present themselves to the scientific community or to readers. The present article analyzes some grammatical concepts of João Ribeiro, highlighting his affiliation to the positivist current of linguistic studies, under the theoretical perspective of Linguistic Historiography.

Keywords: João Ribeiro; Grammar; Portuguese; Linguistic Historiography; Positivism.

“A questão da *grammatica* é, no Brasil, tão importante como a questão do café”

João Ribeiro

Introdução

Embora incipientes, tem havido ultimamente uma relativa expansão dos estudos

¹ Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Nove de Julho (UNINOVE, São Paulo), autor de diversos artigos e livros, entre os quais se destaca *Sentidos Secretos* publicado em 2005. E-mail: maurisil@gmail.com

acerca da gramaticografia brasileira, no sentido estrito de se apreender os substratos ideológicos e linguísticos que fundamentam nosso saber gramatical. Assim, cada vez mais, busca-se desvelar as fontes nas quais os gramáticos brasileiros teriam se inspirado ao escrever suas obras, bem como compreender a lógica segundo a qual esses gramáticos se organizam e se apresentam aos olhos dos utentes da língua portuguesa no Brasil.

Dos vários nomes que compõem a tradição gramatical brasileira, aqueles que se agrupam, cronologicamente, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX formam um grupo distinto, não apenas por se situarem nesse período nomes que serviriam de modelo teórico para toda a gramaticografia brasileira vindoura, mas principalmente por se tratar de uma época mediadora entre um modelo gramatical particularmente calcado numa tradição clássica, de natureza filosófica – da qual a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, é uma das mais expressivas representantes – e uma nova perspectiva linguística, vigente até os dias atuais, de natureza científica.

O período ao qual estamos nos referindo congrega, portanto, figuras de inestimável grandeza no conjunto de autores de gramáticas produzidas no Brasil, muitos deles inspirados, do ponto de vista teórico, na tradição positivista dos portugueses Adolfo Coelho e Teófilo Braga (CAVALIERE, 2000; FÁVERO, 2000), e, do ponto de vista prático, nas mudanças do ensino brasileiro, a partir de 1870, representados, sobretudo, pela atuação de Fausto Barreto no Colégio D. Pedro II (FILHO, 1998; RAZZINI, 2002). É ainda nessa época – e, evidentemente, sofrendo toda sorte de influência do contexto ideológico e cultural em que se inseria – que o filólogo e pensador da cultura nacional João Ribeiro publica sua *Grammatica Portuguesa* (1887), afirmando-se como um dos principais gramáticos brasileiros do final do século e fazendo de sua obra referência no ensino e na pesquisa da Língua Portuguesa no Brasil.

1 João Ribeiro na tradição gramaticográfica brasileira

Figura proeminente no cenário cultural brasileiro da passagem do século XIX para o XX, João Ribeiro foi autor de copiosa produção intelectual, tratando com competência e desenvoltura assuntos que iam da crítica literária à ciência contemporânea, da filologia clássica aos estudos linguísticos, da história do Brasil à gramática portuguesa. Mas foi, sobretudo, como *crítico* e *filólogo* (que, numa perspectiva reducionista, mas bastante apropriada para a sua época, poderia significar *gramático*) que João Ribeiro se destacou.

Como crítico de renome desde as últimas décadas do século XIX, João Ribeiro opinou sobre os mais diversos temas, principalmente sobre aqueles voltados para a cultura e, em especial, literatura nacional, considerando o texto literário uma mescla de fonte perene de criação artística original (criatividade) e instrumento de veiculação de conceitos culturais mais amplos (ideologia), enquadrando-se numa linhagem que, segundo Salete de Almeida Cara, traduz-se no dilema vivido por aqueles críticos que – como José Veríssimo e Adolfo Caminha – viviam o impasse entre ser crítico literário e, ao mesmo tempo, crítico cultural, já que procurou interpretar os textos literários por uma chave analítica instituída pela exegese da realidade nacional (CARA, 1979).

Como filólogo e gramático, João Ribeiro traçou uma trajetória intelectual que foi do conservadorismo linguístico a posições mais arejadas e, para a época em que foram defendidas, francamente avançadas (PINTO, 1978; ELIA, 2004). Assim, embora suas ideias acerca de determinados fatos gramaticais e a própria concepção da gramática padecessem de uma visão reducionista da língua – resultado evidente de um conjunto de pressupostos linguísticos datados, como veremos adiante –, não se pode negar que em obras mais “liberais”, como a célebre *A Língua Nacional* (1921), verifica-se quase que uma inflexão no percurso que João Ribeiro vinha trilhando desde suas primeiras obras, ao defender – numa tomada de posição que prenunciava o discurso iconoclasta e antilusitano de nossos mais combativos modernistas – o direito dos brasileiros à autonomia linguística, pelo próprio fato de a língua portuguesa seguir um desenvolvimento natural e incoercível no Brasil, com características peculiares. Por isso, afirma o autor, seguir estritamente as normas da língua prescritas pelos portugueses representaria mutilar nossas ideias e sentimentos e sujeitar nosso espírito a um inaceitável servilismo:

a nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos [...] Em geral todas as mutilações por amor da vernaculidade (ou antes do portuguesismo) envolvem qualquer sacrifício d'alma, destrói os meios-tons, e os matizes criados sob a luz e o céu americano (RIBEIRO, 1979, p. 51/53).

Logicamente, semelhante concepção das diferenças e divergências entre o português empregado no Brasil e o português lusitano perdia força quando inserida na discussão - não inteiramente nova em sua época - acerca das peculiaridades linguísticas presentes no português falado dos dois lados do oceano. Contudo, mesmo no complexo enquadramento mental das primeiras décadas do século XX, as ideias de João Ribeiro não deixam de

apresentar uma salutar ousadia, sobretudo se comparadas àquelas expostas, décadas antes, em seus livros de doutrinação gramatical. Mas é certo também que, apesar de se afirmar no ambiente cultural decimonônico como um típico gramático normativista, caudatário de tradições linguísticas conservadoras, sua produção gramatical revela, numa leitura mais atenta, uma instigante ambiguidade – aquela *encantadora indecisão* de que falou Mattoso Câmara ao se referir aos seus escritos de filologia (CÂMARA JÚNIOR, 1975) – entre uma linhagem gramatical mais tradicional e algumas inovações que o colocavam à frente de sua época.

É o que se pode depreender, por exemplo, de algumas circunstanciais, mas sugestivas opiniões que o próprio João Ribeiro proferiu acerca da gramática e dos gramáticos, buscando-se aí a gênese psicológica dessa sua peculiar duplicidade em relação àquela atividade que, afinal de contas, o celebrizou no cenário nacional. É assim que, em suas indefectíveis *Cartas Devolvidas* (1926), afirma, ironicamente, sobre a gramática e o gramático:

a gramática entre nós é uma paixão que só se explica e justifica pela decadência da língua. É um byzantinismo indígena que espera apenas o Grão Turco para fazer o silêncio reparador e final [...] O gramático é desagradável, por ser peremptório, dogmático, categorico e o único que realmente sabe o que diz e o que os outros dizem (RIBEIRO, 1926, p. 185/135).

Segundo seu biógrafo e principal organizador de seus dispersos, Múcio Leão, esse desprezo pela gramática e pelos gramáticos provinha de uma espécie curiosa de negligência, conscientemente assumida por João Ribeiro, que, no decorrer de um fato acontecido em 1890, em que se envolvera numa discussão com o jornalista e escritor Pardal Mallet, teria afirmado pelas páginas do *Correio do Povo*:

A imprensa onde escrevo, sabe que não perco o apetite por motivos sintáticos, aliás tão respeitáveis para a maioria dos meus colegas. Assim é que eu *nunca* faço a revisão dos meus escritos, e menos ainda faço *errata* [...] A verdade é que, quando publiquei uma gramática, parece que tive a previsão desse enfado, e publiquei-a justamente para desquitar-me desse monstro, e errar à vontade (RIBEIRO *apud* LEÃO, 1962, p. 103).

Esse autêntico processo catártico, que libera o autor das amarras de um indesejável purismo linguístico – numa época, no dizer de Cavalcanti Proença, de particular *efervescência gramatical* (PROENÇA, 1959) –, parece ser o responsável direto pela aversão que João Ribeiro iria demonstrar, ao longo de toda sua produção intelectual, pelas ideias prefixadas, inconcussas, terreno fértil para toda sorte de preconceitos e caturrices teóricos, acerca dos

fatos da linguagem. Talvez viesse daí – para citar apenas um exemplo – sua irrefragável admiração por um escritor gramaticalmente desleixado como Lima Barreto (RIBEIRO, 1956), que, não por mera coincidência, tinha a respeito da gramática e dos gramáticos uma ideia bastante semelhante àquelas defendidas por João Ribeiro (SILVA, 1998), como se pode perceber numa das cartas escritas pelo célebre romancista carioca ao seu amigo Lucilo Varejão:

eu temo tanto esses tais clássicos e sabedores de gramática como a qualquer toco de pau podre por aí [...] Meus livros saem errados devido à minha negligência e ao meu relaxamento, à minha letra, aos meus péssimos revisores, inclusive eu mesmo. Isso explica os erros vulgares; mas, quanto aos outros da transcendente gramática dos importantes, eu nunca me incomodei com eles (BARRETO, 1956, p. 226).

Salta aos olhos a semelhança entre ambas as opiniões, as quais não devem causar tanto estranhamento se considerarmos a proximidade de propostas que tinham, cada um nos limites de sua especialidade, os dois autores citados: de um lado, no âmbito da literatura de ficção, Lima Barreto, a defender, sob o espesso manto de um ressentimento pessoal, uma escrita mais arejada, independente e revolucionária; de outro lado, no universo da crítica filológica, João Ribeiro, a colocar-se francamente contrário a posicionamentos intransigentes, resultantes de preconceitos gramaticais. Fato que, tanto num quanto noutro, não deve causar espécie, já que, ao menos no que concerne a João Ribeiro, era patente uma consciência nítida dos limites de sua condição de gramático, condição da qual, aliás, ele mesmo zombava, sem temor de cair no ridículo ou parecer – por suas próprias atitudes – diminuído aos olhos críticos da intelectualidade nativa. É o que demonstra, por exemplo, a opinião que, entre as várias que manifestou publicamente, expressou de si mesmo, enquanto gramático, numa entrevista dada a João do Rio, pelas páginas da *Gazeta de Notícias*, entre 1905 e 1907, na qual, ao defender mais a precisão estilística do que a correção gramatical nos textos literários, afirmava: “não se trata pois de gramática nem de gramaticões impertinentes e molestos como da minha espécie que registram e passam” (RIO, 1994, p. 26).

O fato de admitir tão prontamente a relativa inutilidade da gramática não quer dizer que João Ribeiro não se mostrasse cioso de sua produção acerca dos fenômenos relativos à língua portuguesa. Autor de mais de uma gramática que o tornara famoso, mas, ao mesmo tempo, vítima de toda sorte de ataques, críticas e comentários, João Ribeiro envolveu-se em diversas querelas linguísticas, polemizando com uma variada gama de filólogos, linguistas e gramáticos de toda espécie, sempre defendendo com inquebrantável vigor intelectual seus

posicionamentos acerca dos fatos da língua.

Uma das mais curiosas em que esteve envolvido ocorreu entre 1908 e 1910, opondo João Ribeiro a renomados filólogos da época, o que demonstra que, em matéria de assuntos linguísticos, o cáustico gramático sergipano não fazia concessões aos seus adversários, fato que o insere numa tendência comum da época: a de participar, no que diz respeito a questões relacionadas à língua portuguesa, de acaloradas polêmicas que perduraram ao longo de todo o século XIX (CAROLLO, 1973; LEITE, 1996).

O fato teve início duas décadas antes, em 1888, quando o escritor e latinista carioca Castro Lopes defendeu, em sua coluna no *Diário de Notícias*, o uso de determinada locução, a qual seria prontamente condenada, pelas páginas do *Jornal do Comércio*, por Carlos de Laet. Apoiando-se na legitimidade de clássicos como Antonio Vieira, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, Castro Lopes defendeu suas ideias com base, principalmente, na gramática de Sotero dos Reis, aproveitando para demonstrar que o tratamento dado ao mesmo assunto pela gramática de João Ribeiro (elogiada, um ano antes, por Carlos de Laet) era equivocada. Vinte anos depois, na ocasião da publicação de suas *Frazes Feitas* (1908), João Ribeiro revida a referência desonrosa atacando com veemência a produção intelectual de Castro Lopes, bem como a dos filólogos paulistas Sílvio de Almeida e Oscar Nobling. Foi, com efeito, este último o primeiro a contra-atacar João Ribeiro, pelo *O Estado de São Paulo*, em abril de 1908: resenhando o recém-lançado *Frazes Feitas*, Nobling confessa-se movido por um espírito de vingança e define o livro resenhado como “uma aglomeração de meras conjecturas, expostas sem ordem e sem methodo”, chamando João Ribeiro de “fabricante de livros pseudo-pedagogicos e pseudo-científicos”, além de “mau plagiário” (LOPES, 1910). O ataque levaria o filho de Castro Lopes (Domingos de Castro Lopes) a agradecer, em missiva dirigida a Nobling, o desagravo feito à figura de seu falecido pai, referindo-se a João Ribeiro nos seguintes termos:

um copista serviu de trabalhos alheios, prenhes de massudas citações, de explicações por processos de sinais algebricos *pour épater le bourgeois* e quejandas charlatanescas modernices, mal e porcamente digeridas e imitadas [...] de philologos e linguistas allemães, através de traducções francezas (LOPES, 1910, p. 460).

A virulência da crítica injuriosa continuaria pela pena de Sílvio de Almeida, nas páginas do *Diário Popular* e *O Estado de São Paulo*, em que se procurava demonstrar o quanto haveria de plágio nas obras do célebre gramático e filólogo. João Ribeiro revidou por mais de uma vez os ataques sofridos, disseminando, ao longo de toda sua obra e em artigos

jornalísticos, referências irônicas às teses de seus antagonistas. Apenas a título de exemplo, publica em seu *O Fabordão* (1910), numa série de textos particularmente sarcásticos, resposta aos ataques proferidos por Sílvio de Almeida: colocando-o entre aqueles que considera “grammaticos curtos, rudes ou ignorantes”, João Ribeiro não hesita em classificar as *Palestras Filológicas* de Sílvio de Almeida como um conjunto de folhetins “curiosos, ainda que pobres de documentação e meramente inventivos”, dizendo ter percebido nas suas *grammatiquices* “sistemas que acuzam qualquer dezordem cerebral”, uma vez que, na sua opinião, a *grammatica* seria “o espojadouro onde vão cair todas as vocações erradas, ou o esgoto que recolhe a atrabilis e a revolta de todos os dezechilibrios mentaes”. Sem fazer concessões ao seu opositor, João Ribeiro completa sua crítica contundente afirmando serem as suas etimologias “estapafurdias, ridiculas e monstruozas, sem o menor senso científico ou pratico, ou antes, sem nenhum senso comum”, na medida em que, completa o autor, Sílvio de Almeida viveria “de careiar os dicionarios, apinhoando na mochila a migalha varia e numeroza das suas vitimas”, de onde extrairia, enfim, “toda a sua erudição de segunda ou terceira lavagem” (RIBEIRO, 1964, p. 189 *et passim*).

É certo que vários autores e intelectuais saíam em defesa de João Ribeiro que, nesta época, já desfrutava de grande prestígio junto ao meio cultural: se o esteta Elysio de Carvalho, por exemplo, não hesitava em elogiar o conjunto de sua obra como um todo, exaltando seu esforço em valorizar e defender o idioma lusitano (CARVALHO, 1907), Souza Bandeira, em referência mais direta às suas tão combatidas *Frazes Feitas*, saíra em defesa do gramático, fazendo o apanágio do livro e louvando a competência intelectual de seu autor (BANDEIRA, 1917). Mas a linguagem dura e sem concessões de que João Ribeiro lançava mão nas querelas linguísticas em que se envolveu demonstra não apenas um temperamento que sabia ser irascivo, quando atacado, mas também uma preocupação substancial com os assuntos pertinentes à língua portuguesa, sobretudo quando estavam direta ou indiretamente relacionados à gramática, área dos estudos da linguagem a que se dedicou com tanto empenho.

2 A *Grammatica portugueza* e seus fundamentos

Datada de 1887, a *Grammatica Portugueza* de João Ribeiro não foi nem a primeira, nem a única que o eminente filólogo sergipano publicou. Antes dela, que era especialmente dirigida a alunos do Curso Superior, João Ribeiro lançou uma gramática destinada ao Curso Primário (1881) e uma gramática destinada ao Curso Médio (1884), ambas de cunho

explicitamente didático e, portanto, diferente – na concepção e nos objetivos – de sua *Grammatica Portuguesa*.

Tanto suas gramáticas mais “escolares” quanto aquela destinada aos cursos superiores ganharam adeptos diversos, que expressavam sua admiração pelos ensinamentos gramaticais de João Ribeiro, como revela Humberto de Campos, ao lembrar a própria infância: “aprendi alguns segredos da língua, ainda menino, na sua [de João Ribeiro] gramática” (CAMPOS, 1957, p. 47). Intelectual e jornalista que, na ocasião do falecimento do célebre filólogo, confessaria ainda: “seria possível que um homem bom, amável, generoso, amigo dos meninos, que havia traduzido o *Coração*, fosse o mesmo que inventara a *Gramática*, o maior suplício das crianças?” (CAMPOS, 1941, p. 16).

Assim como suas gramáticas voltadas para o colégio tornaram-se sucesso retumbante, a *Grammatica Portugueza* também estaria fadada a ter longa vida, marcada pelo prestígio e pelo reconhecimento públicos. Uma análise mais cuidadosa desta sua obra revela fatos da linguagem merecedores de comentários mais demorados e observações mais percucientes. Dividida em sete partes distintas, sua gramática apresenta-nos desde considerações meramente ocasionais de fatos linguísticos até exposições mais acuradas acerca de fenômenos pertinentes à língua portuguesa.

Publicada pela Livraria Francisco Alves – célebre pela edição de livros de natureza pedagógica, destinados ao ensino em todas as suas gradações –, a *Grammatica Portugueza* de João Ribeiro trazia como observação, em sua folha de rosto, o fato de ser “adoptada nos Gymnasios e Escolas Normaes do Paiz e no ‘Pedagogium’”, expondo em seu prólogo o seguinte *aviso*:

desde a 15^a edição ajuntamos um suplemento de anotações que se encontram no fim do volume, e versam a cerca de questões varias de syntaxe, analyse, orthographia etc., tratadas no texto. Aconselhamos ainda d’esta vez o manuseio da *Selecta Classica* e dos *Auctores Contemporaneos*, que por suas notas numerosas illustram e completam a doutrina d’esta nossa grammatica (RIBEIRO, 1923, s.p.);

Trata-se de uma bem articulada propaganda de sua própria produção didática – com o intuito de levar o leitor à apreciação de outros livros que não propriamente de gramática, embora tivessem sido citados como complemento de sua obra gramatical –, mas que não deixa de registrar um fato importante para o processo de constituição da gramática brasileira novecentista: a necessidade de expansão, a partir da décima-quinta edição, dos ensinamentos contidos na *Grammatica*.

A partir dessas observações preliminares, João Ribeiro inicia seu labor gramatical pela *Introdução*, em que trata de conceitos provenientes da Linguística, buscando definir noções como as de gramática, morfologia, sintaxe etc. Mais ideológica do que técnica, mais historicista do que científica, sua *Introdução* traz referências diretas ao processo de colonização da Península Ibérica, dividindo-a em quatro fases distintas: pelos iberos (até o século II a.C.); pelos romanos (do século II a.C. ao V d.C.); pelos germanos, em particular, os visigodos (do século V ao VIII); e pelos árabes (do século VIII ao XIII). Em seguida, trata da periodização da língua portuguesa, dividindo-a em quatro períodos: período arcaico (até o século XII d.C.); período de origens (do século XII ao XIV), em que ocorre a transformação do português antigo; período de transição (século XV), em que se verifica a modificação do português; e período clássico (do século XVI ao XIX), em que se consolida a língua gramatical e literária, época esta subdividida em três partes distintas: a da língua clássica (século XVI-XVII), a dos acadêmicos (século XVIII) e a da renovação romântica (século XIX).

Dessas fases proviria a riqueza do léxico português, o qual teria recebido o influxo de idiomas diversos, particularmente o germânico e o árabe, mas também o francês, o italiano, o inglês, o espanhol e vários outros. Da mesma forma que os neologismos por empréstimo enriquecem o léxico da língua, é necessário considerar ainda, segundo o eminente autor, a incidência dos arcaísmos na constituição do vocabulário. Fenômeno comum tanto aos neologismos quanto aos arcaísmos, contudo, é a ocorrência de dois derivados diferentes a partir de uma mesma palavra primitiva, resultando numa forma erudita e numa forma popular (por exemplo: *maculare* > *macular* e *magoar*). Para o autor, a diferença entre as duas consiste em que as formas populares apresentam “maior alteração e desvio do tipo primitivo” (RIBEIRO, 1923, p. XIX), levando-o à conclusão de que as formas populares são mais *corrompidas*. Ainda no que diz respeito à criação de palavras novas no léxico português (neologismos e arcaísmos), o autor destaca dois períodos principais de criação: do século XV ao XVIII, em que houve tanto uma reforma do vocabulário pela adoção de formas latinizadas, sobretudo pelos quinhentistas, quanto criação de formas novas idealizadas por reformadores da língua; e no século XIX, em que o vocabulário do idioma é enriquecido a partir do desenvolvimento da ciência e do contato mais intenso com outros povos, o que, contudo, não impediu a ocorrência de inúmeros hibridismos, que o autor considera “o maior defeito das criações vocabuláres modernas” (RIBEIRO, 1923, p. XXIV).

Como conclusão da parte destinada às observações preliminares, o autor lembra que,

apesar de todas as modificações sofridas pela língua ao longo desses séculos, o português “conservou até hoje a fisionomia latina, à qual a fortuna da América reservará uma nova e duradoura juventude” (RIBEIRO, 1923, p. XXIV).

É nos seus *Prolegômenos* que João Ribeiro irá definir o conceito de gramática como “a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida” (RIBEIRO, 1923, p. 03). Tal definição – a qual, segundo o autor, “decorre da observação dos fatos da linguagem” (RIBEIRO, 1923, p. 03) – revela que toda língua tem uma gramática, pois os vocábulos que servem para a expressão das ideias adquirem “variações de forma, de colocação e de sentido suscetíveis de serem generalizadas, isto é, de serem construídas sob o tipo de *leis* ou *regras*” (RIBEIRO, 1923, p. 03). É, portanto, “o sistema geral destas leis” (RIBEIRO, 1923, p. 03) que constitui a gramática.

Para o autor, o objeto da gramática é sempre o “grupo de palavras e a regra respectiva” (RIBEIRO, 1923, p. 03), embora as gramáticas possam indicar, às vezes, fatos isolados que só ocorrem na “prática da linguagem viva” (RIBEIRO, 1923, p. 03). Portanto e finalmente, a gramática abrange, num sentido lato, “o estudo de regras gerais e casos especiais que convém conhecer para o emprego legítimo e bom uso da língua” (RIBEIRO, 1923, p. 03).

A gramática divide-se, numa primeira distinção, em *geral* (aquela que “expõe os princípios lógicos da linguagem”) (RIBEIRO, 1923, p. 03) e *particular* (aquela que “expõe os princípios e as particularidades especiais de cada idioma”) (RIBEIRO, 1923, p. 03). Há que se atentar ainda para a existência, numa segunda distinção, da gramática histórica (“estuda os fatos da língua em seus diversos períodos”) (RIBEIRO, 1923, p. 03); da gramática comparativa (“estuda os fatos comuns ou diferentes, em grupos de línguas que têm a mesma origem”) (RIBEIRO, 1923, p. 03); e da gramática descritiva ou expositiva (“arte que ensina a falar e a escrever corretamente, isto é, segundo o uso das pessoas doutas”) (RIBEIRO, 1923, p. 04). A partir dessas distinções, o autor lembra que a *gramática portuguesa* se divide em quatro partes principais: a fonologia, a morfologia, a classificação ou taxionomia e a sintaxe. As três primeiras referem-se ao estudo do vocábulo; a última, ao estudo da frase. Convém ressaltar que o vocábulo pode ainda ser estudado do ponto de vista semântico e etimológico, abordagens, contudo, que pertencem não à gramática, mas à filologia.

Detalhando, por fim, cada uma das quatro partes em que se divide a gramática portuguesa, o autor afirma que a *fonologia* é “o estudo dos sons que compõem as palavras” (RIBEIRO, 1923, p. 04), englobando o estudo da representação gráfica desses sons (ortografia) e o de sua pronúncia correta (ortoépia); a morfologia é “o estudo do vocábulo

considerado como composto de elementos significativos” (RIBEIRO, 1923, p. 05); a classificação ou taxionomia é “a distribuição dos vocábulos por famílias e espécies, segundo o sentido” (p. 05), podendo, por exemplo, ser divididos em substantivos, verbos etc.; finalmente, a sintaxe é “o estudo dos vocábulos em coordenação, isto é, considerados na frase” (RIBEIRO, 1923, p. 05).

Na chamada *Primeira Parte* de sua gramática, João Ribeiro se propõe a analisar o vocábulo, incluindo nesta abordagem o estudo de sua classificação (taxionomia) e o de suas formas (morfologia).

Sobre a *classificação* dos vocábulos, portanto, João Ribeiro lembra que a *taxionomia* é a “parte da grammatica que nos ensina a classificar as palavras” (RIBEIRO, 1923, p. 10). Desse modo, deve-se entender a classificação como uma atitude que consiste em “distribuir por classes ou grupos os vocabulos que têm entre si certos caracteres comuns” (RIBEIRO, 1923, p. 10), de acordo com uma perspectiva *lógica*: a característica mais importante dos vocábulos – a *ideia* – deve servir de base à classificação. Não obstante, a classificação das palavras pode ser feita também com base em outros pressupostos, como a forma (segundo a qual elas se dividem em primitivas e derivadas), a variação (que determina uma divisão entre palavras variáveis e invariáveis) ou a comparação (dividindo-as entre sinônimos e homônimos). Seguindo uma tradição pessoal de crítica à gramática, o autor lembra que muitas destas subdivisões, com vista à classificação, são às vezes “inuteis e fastidiosas (...) inteiramente supérfluas [e] incompletas” (RIBEIRO, 1923, p. 13). Daí a necessidade de uma classificação mais lógica, de acordo com a ideia ou significação dos vocábulos, distinguindo assim a classe dos substantivos, dos qualificativos (adjetivos), dos determinativos², dos pronomes, dos verbos, dos advérbios, das preposições, das conjunções e das interjeições³.

Sobre a *formação* dos vocábulos, o autor lembra que a *morfologia* é a “parte da grammatica em que se estuda o vocabulo considerado em sua estrutura como um composto de órgãos ou partes significativas” (RIBEIRO, 1923, p. 47). Nesse sentido, trata do estudo dos temas e terminações (desinências), das raízes e afixos. Analisa ainda processos derivacionais, como os de composição e justaposição, e flexionais.

Na *Segunda Parte* da obra, João Ribeiro se propõe realizar o estudo da proposição,

² Também chamados de adjetivos determinativos, são simultaneamente adjetivos e pronomes, incluindo portanto alguns pronomes, artigos e numerais, todos vocábulos variáveis.

³ Como costuma ocorrer com a gramática normativa contemporânea, João Ribeiro também considerava a interjeição uma classe de palavras que se confundia com a frase: “a interjeição é mais phrase do que simples vocábulo” (RIBEIRO, 1923, p. 37). Para Celso Cunha, por exemplo, a interjeição é um *vocábulo-frase*, devendo, portanto, ficar excluída da classificação das palavras (CUNHA, 1985, p. 77).

isto é, da sintaxe, definida como “parte da grammatica em que se estudam os vocabulos e os grupos de vocabulos considerados em conjuncto no discurso” (RIBEIRO, 1923, p. 145). Nesse sentido, completa, a sintaxe teria como finalidade principal determinar a disposição dos vocábulo para que expressem uma proposição e determinar a disposição das proposições no período. Daí o fato de a sintaxe, para João Ribeiro, subdividir-se em duas partes: a sintaxe das palavras e a sintaxe das proposições, ambas fundamentadas nos processos de coordenação e subordinação. É neste capítulo de sua gramática, portanto, que o autor irá abordar os processos de concordância verbal e nominal, ordem e colocação das palavras na frase (ordem direta e indireta), a colocação pronominal, as figuras de sintaxe e os vícios de linguagem e a análise sintática (análise lógica) tanto do período simples (proposição simples) quanto do período composto (proposição complexa).

Já na sua *Terceira Parte*, destinada ao que chama de estudos complementares, espécie de adendo à gramática, João Ribeiro irá tratar de três assuntos distintos: a fonologia, a etimologia e a semântica, dando à sua gramática uma dimensão que vai além de mera obra didática destinada a iniciantes nos assuntos da linguagem.

No que se refere à fonologia, que o autor suprime do estudo dos vocábulo,⁴ João Ribeiro a define como o “estudo da palavra considerada como um composto de sons, consideradas as leis a que estes obedecem em suas alterações” (RIBEIRO, 1923, p. 281). Reputando o estudo da fonologia – por ele compreender uma abordagem histórica da língua – mais amplo que o da fonética (estudo do som sob o aspecto da pronúncia), o autor expõe de forma resumida alguns conceitos relativos ao processo de produção sonora, empregando, para tanto, uma terminologia que, transposta para os dias de hoje, soa no mínimo curiosa, como *tubo vocal* (cavidade bucal), *véu do paladar* (véu palatino), consoantes *explosivas* (oclusivas) e *continuas* (constritivas), consoantes *linguaes* (alveolares) e *gutturaes* (velares) etc. Tratando ainda da fonologia, o autor faz considerações sobre a “evolução dos sons vocabulares” (RIBEIRO, 1923, p. 283), destacando dois processos de transformação das palavras a que denomina *decomposição*, de natureza fisiológica, como a superposição de uma língua sobre a outra, fatores mesológicos e outros (abrandamento, queda etc.); e *reconstrução*, de natureza psicológica, reações das palavras aos processos de decomposição (eufonia, neofonemia etc.), ambos os processos sujeitos a fenômenos de *interferência* (analogia, assimilação, dissimilação etc.). Finalmente, relacionada ao estudo da fonologia, o autor expõe uma série de

⁴ Com efeito, estava faltando, de acordo com a exposição feita nos seus Prolegômenos, o estudo da fonologia, a qual, explica o autor, não está aqui contemplada por ter sido objeto de análise minuciosa tanto na gramática para o ensino primário quanto naquela destinada ao ensino médio.

considerações acerca do acento e da quantidade; da origem das letras; de fenômenos que denomina alterações fônicas especiais, os quais não são senão metaplasmos não contemplados nos processos referidos antes (prótese, epêntese, aferese, apócope etc.); e da elisão e outros fatos da prosódia.

No que diz respeito à etimologia, João Ribeiro a define como o “estudo que consiste em determinar a significação e a forma primitiva dos vocábulos” (RIBEIRO, 1923, p. 313), lamentando que, até recentemente, a etimologia se baseava em pressupostos pouco científicos, não podendo se constituir numa *ciência positiva*. Para o autor, a etimologia segue dois princípios distintos: a filiação (ligação que estabelece com a forma primitiva, abrangendo a história do vocábulo e os princípios que regulam sua evolução fonológica) e a comparação (estudo da uniformidade ou dissemelhanças de processos e fatos relativos a grupos de palavras). Nesse sentido, João Ribeiro procede a uma série de observações sobre a etimologia dos substantivos, dos artigos e determinativos, dos pronomes, dos verbos e das palavras invariáveis (advérbios, preposições e conjunções).

Finalmente, em relação à Semântica, define-a como o “estudo do *sentido* e de suas variações no curso do tempo” (RIBEIRO, 1923, p. 340), sentido que, conforme ele mesmo explica, progride de acordo com certas leis ainda pouco exploradas. Seguindo o rastro da teoria de Whitney, embora com restrições, João Ribeiro afirma que as variações de significado seguem dois processos antitéticos: a especialização das ideias gerais, segundo a qual determinado termo passa a ter um sentido restrito; e a generalização das ideias especiais, segundo a qual vocábulos de sentido limitado adquirem significação genérica. Semelhante exposição não impede que o autor considere ainda outras perspectivas teóricas, como a de Pott e a de Bréal.

Sob a forma de *Apêndice*, João Ribeiro aborda os acentos gráficos e principalmente a pontuação, a qual chama também de *notações syntacticas*, dividindo-as em três classes distintas: a primeira classe, correspondente aos sinais próprios de pontuação e que “determinam as divisões das partes do discurso” (RIBEIRO, 1923, p. 344), como a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto e a alínea; a segunda classe, correspondente aos “sinais que exprimem comoção, ou um movimento d’alma” (RIBEIRO, 1923, p. 344), como as reticências, o ponto de interrogação e o de exclamação; a terceira classe, relativa aos “sinais destinados á clareza dos manuscritos” (RIBEIRO, 1923, p. 344), como o hífen, as aspas, o parêntese e outros.

Finalmente, numa das partes mais interessantes e curiosas de sua gramática, as

chamadas *Notas Finais*, João Ribeiro procura articular – sem a obrigação de uma exposição sistemática de fatos gramaticais da língua – “varias observações esparsas e correcções ou ainda additamentos e exposição de duvidas” (RIBEIRO, 1923, p. 350), apresentadas, sobretudo, por seus leitores e críticos. É, por exemplo, a partir de uma observação do filólogo português Leite de Vasconcelos (a de que o pronome *lhe* é acusativo em “chamei-lhe santo”) que João Ribeiro faz uma das raras referências, em sua gramática, ao emprego de fatos gramaticais próprios do português brasileiro: “na linguagem popular do Brasil *lhe* póde ser sempre accusativo: *vi-lhe* (*vi-o*) e na língua portuguesa archaica deparam-se exemplos d’este uso” (RIBEIRO, 1923, p. 352). Preciosa é também a informação de que da segunda à décima-primeira edição de sua gramática, a parte referente à fonologia da língua portuguesa continha uma explicação pormenorizada, destinada ao estudo das permutas de letras, suprimida nas edições seguintes, “por inutil ensino” (RIBEIRO, 1923, p. 352). Informação curiosa, enfim, é a de que o autor não procedeu à devida revisão de sua gramática por estar obrigado, pelo contrato com o editor da referida obra, a escrever também uma Gramática Histórica, fato circunstancial de monta para o estabelecimento das condições de produção de sua gramática.

Passando a considerações mais sistemáticas acerca de cada uma das partes de seu livro, João Ribeiro rebate críticas recebidas por leitores comuns e especializados, explicando usos, justificando formulações e comentando aspectos diversos da língua portuguesa que, porventura, tenham ficado obscuros.

*

Procurando expor fatos da língua portuguesa de maneira coerentemente regrada, apoiando-se numa ótica relativamente reducionista das possibilidades de uso da linguagem e enfeixando um conjunto de ideias caudatário dos estudos linguísticos decimonônicos, João Ribeiro constrói um discurso metalinguístico a partir de uma perspectiva conservadora da linguagem, uma vez que atualiza – para a explicação do desenvolvimento da própria Língua Portuguesa – conceitos ideologicamente marcados, como os de *desvio*, *corrupção* e *defeito*.

Essas e outras ocorrências denotam, por si sós, uma disposição de João Ribeiro entre os nossos mais tradicionais gramáticos da passagem do século, ao lado de nomes como os de Augusto Freire da Silva, Sotero dos Reis, Eduardo Carlos Pereira e outros (PINTO, 1988). São vários os fatores que podem demonstrar cabalmente esta filiação.

Em primeiro lugar, cumpre destacar o fato – de modo algum restrito à sua

Grammatica Portugueza – de que João Ribeiro tinha como referência e modelo teórico a tradição gramatical clássica, sobretudo latina, o que inclusive redundaria numa tentativa algo frustrada de resgatar a *fisionomia latina* da língua portuguesa. Da conformação de sua gramática, dividida de acordo com os tópicos gramaticais estabelecidos pela gramaticografia medieval, a detalhes morfológicos do idioma, o latim impõe-se, assim, como referência necessária às observações e interpretações da Língua Portuguesa (VERDELHO, 1995), como acontece, por exemplo, quando trata diacronicamente as flexões de número e gênero em português, comparando-as a declinações latinas: “a característica do feminino é a letra *a*, que representa a desinencia dos substantivos da primeira declinação latina” (RIBEIRO, 1923, p. 79). Também no que se refere à flexão verbal, o modelo é o latim, como ocorre na formação dos imperativos das segundas pessoas, os quais, segundo o autor, constituem “exceções que se originam do latim” (RIBEIRO, 1923, p. 87).

Mais do que essa clara tendência em filiar sua gramática à tradição latina, salta aos olhos, numa leitura mais atenta da *Grammatica* de João Ribeiro, sua rejeição aos galicismos, numa época marcada por intensas e discutíveis relações culturais entre o Brasil e a França (RIVAS, 1995; CARELLI, 1994; CARELLI, M., THÉRY & H., ZANTMAN, A. 1979; MARTINIÈRE, 1982). Reconhecendo o inevitável intercâmbio entre as duas nações, João Ribeiro condena a inclusão daqueles galicismos inseridos no idioma português “introduzidos por descuido, ignorancia das fontes classicas, pelo máo gosto dos escriptores ou ainda pelo capricho da moda” (RIBEIRO, 1923, p. 247), opinião compreensível num autor que já na introdução de sua gramática considerava os galicismos “o maior fator bárbaro da gramática e do vocabulário” (RIBEIRO, 1923, p. XV).

Dotado desse espírito antigalicista, João Ribeiro procura estudar, em sua gramática, a influência da língua francesa não apenas em nosso léxico, mas também os galicismos de construção (emprego de preposições, pronomes, conjunções, tempos verbais etc.) e alguns curiosos casos de incursão do francês em nossa ortografia, o que considera taxativamente um *erro*. Apesar dessas considerações desabonadoras do emprego indiscriminado dos galicismos, João Ribeiro reconhece tratar-se de um fenômeno natural para um país e um idioma que estiveram tradicionalmente vinculados à cultura francesa: “é a França a patria dos modelos em letras e em sciencias para os paizes secundarios, que não têm movimento literario original [...] É facil ver, pois, que o *gallicismo* é no século XIX o resultado da educação do povo pelo espirito francez” (RIBEIRO, 1923, p. 251).

Ora, para João Ribeiro, ainda que tal tradição seja uma realidade incontestável na

história da constituição e desenvolvimento da língua portuguesa, sua condenação ao uso exagerado dos galicismos – aliás, mais na construção do que no léxico lusitano – nasce do reconhecimento, por parte do gramático, da necessidade de se manter certa pureza linguística (“dever de todos que falam e escrevem é zelar a pureza do nosso idioma”) (RIBEIRO, 1923, p. 251), a qual determinaria – na mais genuína tradição latina da gramática como *ars recte loquendi* – sua ideologia linguística, definida pela necessidade de adoção de uma variante culta da língua.

É esta tentativa de impor determinada variante como norma padrão da língua que vai constituir um dos fundamentos ideológicos – ao lado dos já citados apego à gramaticografia latina e condenação tácita dos galicismos – de sua *Grammatica Portuguesa*. Com efeito, já nos seus Prolegômenos João Ribeiro irá definir o conceito de gramática, como já aludimos acima, como um conjunto de leis e regras relativas ao *falar polido*, as quais devem ser empregadas em prol do que define como *bom uso* da língua. Evidentemente, o modelo para esse bom uso – especialmente na fala, mas também na escrita – é o que João Ribeiro define como “a prosódia da corte ou capital do país” (RIBEIRO, 1923, p. 05).

Outra das mais candentes discussões, que nascem da análise da *Grammatica* de João Ribeiro, é aquela que filia seu ideário linguístico ao Positivismo, esquema mental vigente no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX. De fato, sua gramática apoia-se, desde as primeiras páginas, num indefectível enquadramento determinista, bem de acordo com o ideário linguístico de sua época (LIGHTFOOT, 2000; CÂMARA JÚNIOR, 1975). É o que se pode constatar, por exemplo, a partir da definição que o autor faz da taxionomia e da morfologia, quando lança mão de uma nomenclatura marcadamente positivista, tanto pelo seu empenho classificatório e distribucionista quanto pela consideração explícita dos morfemas como *órgãos* que desempenham determinadas *funções* e/ou possuem determinados significados; assim, para João Ribeiro, a morfologia, sendo o “estudo do vocábulo considerado como composto de elementos significativos” (RIBEIRO, 1923, p. 05), pode ser comparado ao estudo, nas ciências biológicas, dos órgãos que – como as partes do vocábulo – têm função e sentido.

Tal ideologia é adensada pelo uso, como já sugerimos, de conceitos como os de desvio, corrupção, defeito, ruína, degeneração, progressão e outros, os quais compactuam com uma visão determinista da linguagem humana. Tratando da fonologia, por exemplo, João Ribeiro não hesita em identificar fenômenos, na constituição e alteração dos fonemas, que atuam a partir de um “domínio biológico” (RIBEIRO, 1923, p. 285), como a *ação*

mesológica, ou que estivessem sob a ação do “transformismo biológico” (RIBEIRO, 1923, p. 286), como a *reconstrução*. Também quando trata da etimologia, que sugestivamente define-se como estudo das *formas primitivas* do vocábulo, o autor lamenta o fato de tal abordagem nunca ter podido se constituir como “sciencia positiva” (RIBEIRO, 1923, p. 313), o que teria atuado como pretexto para divagações inúteis acerca da *evolução* do léxico. Essas e outras ideias disseminadas ao longo de sua gramática revelam a assumida filiação de João Ribeiro à tradição positivista dos portugueses Adolfo Coelho e Teófilo Braga (BECHARA, 1995; FÁVERO, 2002).

Considerações finais

Não há dúvida de que João Ribeiro, com sua célebre *Grammatica Portuguesa*, atuou de modo determinante na constituição dos fundamentos do discurso gramatical brasileiro, dando – por meio deste fato – um considerável impulso na afirmação de nossa identidade nacional (ORLANDI, 2002).

De cunho positivista, como procuramos demonstrar, com uma base teórica caudatária da linguística histórico-comparativa de inspiração anglo-saxônica (CAVALIERE, 2000), a *Gramática Portuguesa* de João Ribeiro não podia deixar de se apresentar como um conjunto de *leis e regras* que lhe proporciona uma fisionomia claramente determinista e tendenciosamente conservadora: como outras gramáticas de sua época, para o célebre filólogo o domínio de um idioma passa pela capacidade de seu utente em demonstrar competência e habilidade no uso do registro padrão, evidentemente estipulado de acordo com a norma culta. Trata-se de uma postura teórica – e, mais do que isso, ideológica – que tem suas raízes remotas, como salientamos, na própria tradição gramatical latina e, conseqüentemente, seiscentista, na medida em que o autor advoga a si mesmo e a sua classe social o poder de determinar qual o modelo linguístico a ser seguido pelo falante. Embora seja possível perceber, já nos Prolegômenos de sua gramática, uma declarada intenção de fazer de sua obra uma *exposição* objetiva dos fatos da língua, observados no seu uso corrente, o resultado revela um conjunto de ideias articulado mais sob uma perspectiva normativa do que descritiva.

Se formos aplicar à referida gramática, de modo mais estrito, o *princípio da adequação*, prescrito por Koerner como um dos fundamentos metodológicos da Historiografia Linguística (KOERNER, 1996a; KOERNER, 1996b; BASTOS, 2004), diríamos que João Ribeiro atuou de modo determinante na conformação dos princípios gramaticais que

fundamentariam toda a gramaticografia brasileira posterior. A despeito disso, afloram várias diferenças entre sua obra e as gramáticas pós-NGB.

É o que se pode verificar por meio do simples cotejo entre a *Grammatica Portugueza* de João Ribeiro e, por exemplo, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra. A começar pela concepção geral da gramática e da língua forjada pelos autores, diríamos que enquanto para João Ribeiro a gramática deve ser o repositório de normas e regras destinadas ao uso correto da linguagem, de acordo com a norma padrão e os modelos clássicos; para Celso Cunha e Lindley Cintra faz-se necessário, antes, “uma descrição do português contemporâneo que lev[e] em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. XIII), a fim de que a gramática sirva de guia orientador da expressão oral e escrita, levando em consideração um conceito de correção que se assenta, principalmente, no critério de *aceitabilidade social*. Daí o fato de os dois gramáticos contemporâneos valorizarem, ao contrário do que faz João Ribeiro, conceitos como os de variedade linguística, diversidade dialetal, normas e registros idiomáticos etc., assinalando o caráter – na medida do possível – pragmático e descritivo de sua gramática.

Além da nomenclatura, a que já nos referimos em algumas passagens, a disposição dos aspectos gramaticais também difere entre as duas gramáticas, destacando-se a pouca importância que João Ribeiro confere, principalmente, à fonologia e à semântica, áreas de conhecimento linguístico tratadas com mais apuro e atenção por Cunha e Cintra. Certamente, uma comparação mais acurada e minuciosa entre as gramáticas analisadas revelaria, de imediato, outras diferenças de fundo, creditadas, sobretudo, ao avanço da Linguística ao longo do século XX. Contudo – justiça seja feita ao eminente e lúcido intelectual que foi João Ribeiro –, dificilmente ele teria podido fugir ao esquema mental da época em que viveu e produziu sua obra, quando, do ponto de vista linguístico, imperava uma visão reducionista dos fatos da linguagem e, conseqüentemente, condicionada pela ideia de que tudo o que não seguisse normas e preceitos previamente estabelecidos deveria ser considerado *desvio*. Inspirado por uma tendência que levou Júlio Ribeiro, em 1881, com sua *Gramática Portuguesa*, a promover uma verdadeira inflexão nos paradigmas teóricos seguidos pela gramaticografia portuguesa, a gramática de João Ribeiro revela, portanto, uma visada mais larga, abrangente e arejada dos fatos da linguagem, o que talvez o redimisse do inevitável ranço pedagógico que emana de suas páginas. Trata-se, sem dúvida, de um excesso de didatismo, em razão do qual se poderia dizer de sua gramática as mesmas palavras com que

Rodolfo Ilari diagnosticou o mal inerente às gramáticas tradicionais: “as gramática tradicionais, sobretudo em suas versões escolares, veiculam uma visão empobrecida das habilidades dos falantes de uma língua historicamente dada, e servem ao propósito de manter uma estratificação sociolinguística tão rígida quanto possível” (ILARI, 1987, p. 06).

Mas isso, evidentemente, em nada diminui seu inequívoco esforço intelectual e sua imponderável contribuição para a constituição da gramaticografia novecentista brasileira.

Referências

- BANDEIRA, Souza. *Páginas Literárias*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1917.
- BASTOS, Neusa Barbosa. “O Fazer historiográfico em Língua Portuguesa”. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. São Paulo. Educ/Fapesp, 2004.
- BECHARA, Evanildo. “A Tradição Gramatical Luso-Brasileira”. *Confluência*. Rio de Janeiro. No. 10: 66-76, 1995.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. “As Ideias Gramaticais de João Ribeiro”. *Dispensos*. Sel. e Intr. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro. FGV, 1975, p. 171-184.
- CAMPOS, Humberto de. *Sepultando os meus Mortos (Crônicas)*. Rio de Janeiro. W. M. Jackson, 1941.
- _____. *Reminiscências...* Rio de Janeiro. W. M. Jackson, 1957.
- CARA, Salete de Almeida. *A Exceção e a Regra. Estudo sobre a Linhagem Criativa da Crítica Brasileira no Momento do Parnasianismo-Symbolismo*. São Paulo. FFLCH, 1979 (Tese de Doutorado).
- CARELLI, Mário. *Culturas Cruzadas. Intercâmbios Culturais entre França e Brasil*. Campinas. Papyrus, 1994.
- CARELLI, M., THÉRY, H. & ZANTMAN, A. *France-Brésil: Bilan pour une Relance*. Paris. Entente, 1987.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Questão da Língua Portuguesa no Brasil e Pensamento Crítico do Realismo”. *Arquivos do Centro de Estudos Portugueses*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Vol. 02, No. 02: 65-82, Jul./Dez. 1973, p. 65-82.
- CARVALHO, Elysio de. *As Modernas Correntes Estéticas na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro. Garnier, 1907.
- CAVALIERE, Ricardo. “Fontes Inglesas dos Estudos Gramaticais Brasileiros”. *Confluência*. Rio de Janeiro. No. 20: 59-68, 2000.
- CUNHA, Celso. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro. Nova

Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro. Lucerna, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes. “A Produção Gramatical Brasileira no Século XIX – Da Gramática Filosófica à Gramática Científica”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *O Discurso do Descobrimento: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo. Edusp, 2000, p. 181-191.

_____. “Gramática é a Arte...”. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das Ideias Linguísticas. Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres. Pontes/Unemat, 2002, p. 59-70.

FILHO, Leodegário A. de Azevedo. “Os Estudos Filológicos e Linguísticos no Brasil”. *Ensaio de Linguística, Filologia e Edótica*. Rio de Janeiro. Uerj, 1998, p. 19-44.

ILARI, Rodolfo. *A Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo. Cortez, 1987.

KOERNER, Konrad. “O Problema da Metalinguagem em Historiografia da Linguística”. *Delta. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Campinas. Unicamp, Vol. 12, No. 01: 95-124, 1996a.

_____. “Questões que persistem em Historiografia Linguística”. *Revista da Anpoll*, Universidade de São Paulo, São Paulo. No. 02: 45-70, 1996b.

LEÃO, Múcio. *João Ribeiro*. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1962.

LEITE, Marli Quadros. *O Purismo Linguístico. Suas Manifestações no Brasil*. São Paulo. FFLCH, 1996 (Tese de Doutorado).

LIGHTFOOT, David. “How Long was the Nineteenth Century?”. *Delta. Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Unicamp, Campinas. Vol. 16, Número Especial: 81-98, 2000.

LOPES, Domingos de Castro. “O gramaticão João Ribeiro: Carta ao Exm. Sr. Dr. Oscar Nobling”. In: LOPES, Castro. *Artigos Philológicos. Collectanea Posthuma*. Rio de Janeiro. Instituto Profissional, 1910.

MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la Coopération Franco-Brésilienne. Transplantation Culturelle et Stratégie de la Modernité*. Paris. Presses Universitaires de Grenoble/Maison des Sciences de l'Homme, 1982.

ORLANDI, Eni P. *Língua e Conhecimento Linguístico. Para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2002.

- PINTO, Edith Pimentel. "Introdução". *O Português do Brasil. Textos Críticos e Teóricos. 1820-1920. Fontes para a Teoria e a História*. São Paulo. Edusp, 1978, p. XV-LVIII.
- _____. *História da Língua Portuguesa. Século XX*. São Paulo. Ática, 1988.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1959.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregorio. "A Antologia Nacional e a Ascensão do Português no Currículo da Escola Secundária Brasileira". *Educação em Revista*, Belo Horizonte. No. 35: 59-71, Jul. 2002.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1923.
- _____. *Cartas Devolvidas*. Porto. Chardron, 1926.
- _____. "Prefácio". In: BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo. Brasiliense, 1956, p. 09-12.
- _____. *O Fabordão*. Rio de Janeiro. São José, 1964.
- _____. *A Língua Nacional e Outros Estudos Linguísticos*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- RIO, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1994.
- RIVAS, Pierre. *Encontro entre Literaturas. França - Portugal - Brasil*. São Paulo. Hucitec, 1995.
- SILVA, Maurício. "A Linguagem do Poder e o Poder da Linguagem: Lima Barreto e a Língua Portuguesa". *Revista de Estudos da Linguagem*, Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 07, No. 01: 91-105, Jan./Jun. 1998.
- TAVARES, A. de Lyra. *Brasil-França, ao longo de 5 Séculos*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1979.
- VERDELHO, Telmo. *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*. Aveiro. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.